

CONJUNTURA

*O samba ainda vai nascer
O samba ainda não chegou
O samba não vai morrer
Veja, o dia ainda não raiou*

Gilberto Gil – Desde que o Samba é Samba

Há 40 anos, em 1979, Salvador recebia o histórico 31º Congresso de UNE, o Congresso de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. Mesmo sob as perseguições e ameaças da ditadura militar, milhares de estudantes de todo o Brasil se reuniram na capital baiana para reerguer sua entidade de representação e embalar a luta pela anistia aos perseguidos políticos e a reconquista da democracia em nosso país.

Hoje, Salvador recebe de novo milhares de estudantes, lideranças de seus Centros Acadêmicos, Grêmios e associações de pós-graduandos, nesse gigantesco Festival dos Estudantes que ocorre junto a 11º Bienal de Cultura e Arte e UNE, evento fundamental na articulação de uma rede de cultura universitária brasileira.

O 15º Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE é o primeiro fórum nacional do movimento social a ocorrer após a abertura de um novo e duro ciclo da democracia brasileira, a eleição de Bolsonaro que consolidou o golpe parlamentar, midiático, jurídico iniciado em 2016 e o ascenso de uma direita ultraliberal na economia, conservadora nos costumes e absolutamente autoritária..

O governo de Bolsonaro se insere numa onda internacional de avanço da extrema direita no mundo. Na América Latina, o Brasil, influenciado por interesses econômicos dos Estados Unidos, tem feito uma ofensiva sobre os governos não alinhados aos norte americanos, desrespeitando o princípio constitucional da não-intervenção internacional e ameaçando a paz no continente numa clara tentativa de subjugar a soberania de países, como é o caso hoje em curso com a Venezuela.

Nas eleições presidenciais, Bolsonaro fez do antiprogressismo sua bandeira, com um falso discurso de combate à corrupção, ao jogo político, aos “vermelhos” e em defesa dos “valores da família brasileira”. Dessa forma, Bolsonaro jogou para limitar os debates sobre projetos de país e soluções para a crise econômica e social que nosso país atravessa.

As universidades brasileiras foram terreno de muita mobilização, em especial no segundo turno. Os ataques de juízes, da Polícia Federal e do MP à livre

expressão dos discentes, à autonomia universitária e à liberdade de cátedra, em especial com a proibição de faixas “antifascistas”, provocou uma reação que potencializou a construção de centenas de assembleias e comitês antifascistas nas instituições de ensino superior.

A prisão arbitrária do ex-presidente Lula foi o resultado do plano da direita neoliberal, aliada do imperialismo num conluio institucional com uma movimentação arbitrária do judiciário para retirar os direitos políticos de Lula, impedindo que uma das maiores lideranças populares do Brasil fosse candidato. É importante lembrar, que o seu nome foi impugnado da candidatura pelo Tribunal Superior Eleitoral e permanece ainda hoje em cárcere. Por isso, entendemos que a defesa dos direitos políticos de Lula e de sua liberdade faz parte da agenda de defesa do Estado Democrático de Direito e da Democracia.

Com protagonismo militar, amparado pelo judiciário e submisso a Donald Trump, o governo que se disse contra o “toma lá, dá cá”, contra a corrupção, os “acordões” e as indicações “não-técnicas” acabou por apresentar uma equipe com ministros investigados por corrupção, muitos sem afinidade técnica com suas pastas, que assumem o comando para fazer maldades que nem Temer fez.

Bolsonaro prometeu na campanha acabar com as ideologias nos seus ministérios e vem entregando o oposto disso, um governo com ideologia clara que ataca a liberdade de imprensa dos que o criticam, um Ministério de Relações Exteriores que não atende aos interesses do Brasil mas sim a uma agenda de interesses externos, além de um Ministro da Educação indicado por igrejas neopentecostais que carrega a bandeira do “Escola sem Partido” e afirma que “a ideia de uma universidade para todos não existe” e que ela deve servir apenas à uma elite intelectual.

O governo ainda é chacoalhado por denúncias de corrupção do filho e braço direito de Bolsonaro, que é acusado de desvio de recursos de membros do seu gabinete para fazer caixa 2. Onde são consideradas movimentações atípicas denunciadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Além disso, é acusado de manter fortes e públicas relações com agentes da milícia do Rio de Janeiro, muitos dos envolvidos no assassinato da ex-vereadora Marielle Franco.

Caso parecido ocorre com o parlamentar Jean Willys, um dos rostos responsáveis pela pauta LGBT no Congresso. A figura de Bolsonaro é responsável por legitimar a violência e perseguição de personagens como Marielle e Jean, sendo uma grave ameaça à democracia e à tolerância política necessárias ao crescimento de qualquer país. E mais que isso: normaliza a morte de sujeitos historicamente perseguidos.

Dando sequência à política neoliberal e devastadora no âmbito ambiental, os efeitos colaterais obtidos são representados pelos desastres criminosos de Mariana e Brumadinho. A agenda de privatizações da década de 90 ainda dá frutos ao Brasil e passa a ser retomada no governo ilegítimo de Temer, a ser continuada por Bolsonaro. Junto a isso, a política de flexibilização regulamentar vem se mostrando preocupante à nossa soberania: além de promover a devastação da fauna e flora brasileiras, são responsáveis pelo entreguismo covarde de nossas riquezas ao capital internacional.

Os ataques sistemáticos a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e aos processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas demonstram o descaso com o passado e com a dívida histórica que o nosso país possui para com essas populações. A luta pelo acesso a terra de forma digna e reconhecida pelo Estado brasileiro é a garantia da sobrevivência das tradições e da própria história do Brasil.

A juventude negra precisa ter a devida atenção da UNE ao que tange o descumprimento dos direitos humanos e a negação ao acesso a políticas públicas. A lei “anticrime” de Sergio Moro aprofunda o encarceramento em massa a partir de uma polícia cada vez mais autorizada a prender arbitrariamente e coloca em risco a sobrevivência dos jovens negros espalhados pelo nosso país.

O atual presidente vem incitando a perseguição a qualquer forma de ativismo. Não é coincidência, após dizer que acabaria com os movimentos sociais, a abertura de um novo pedido de CPI da UNE por setores conservadores do Congresso Nacional, ação semelhante à que a UNE teve de enfrentar nos anos 60, pouco antes do Golpe Civil Militar que inclusive colocou a organização dos estudantes na clandestinidade.

O Chicago-boy escolhido por Bolsonaro para chefiar o Ministério da Economia, Paulo Guedes, conhecido por enriquecer por meio de fraudes em fundos de pensão de empresas estatais apresenta um projeto de aprofundamento das privatizações de cortes de direitos, em relação aos seus antecessores neoliberais. Querem a juventude da carteira verde-amarela, sem direitos trabalhistas e com baixos salários. Guedes pretende realizar uma Reforma da Previdência que aumenta o tempo de contribuição dos trabalhadores e dificulta o acesso às suas aposentadorias, sustentando seu projeto por meio da invenção de um déficit já negado por especialistas. Esta reforma deixa de lado modificações relativas à políticos, o poder judiciário e militares. Da mesma forma como derrotamos a reforma defendida por Temer, a UNE se somará às centrais sindicais e movimentos populares para derrotar a Reforma da Previdência de Paulo Guedes, não aceitando qualquer retrocesso .

No último período, os estudantes brasileiros deram as mãos a artistas, professores, intelectuais e a todos aqueles e aquelas que se apresentaram para a resistência em defesa de nosso país e contra o autoritarismo. Agora o movimento estudantil é convocado a contribuir para a construção de uma ampla frente democrática e popular em defesa do Brasil e em oposição radical ao governo Bolsonaro, que tenha espaço para todos os agentes que percebem a gravidade do momento que o nosso país vive e não admitem o retorno dos tempos mais sombrios da ditadura militar.

A UNE foi capaz de atravessar mais de oitenta anos superando os desafios impostos a cada geração, por contar em sua organização com uma grande pluralidade de opiniões e correntes políticas, enraizadas nas universidades. Toda essa diversidade constitui em uma grande riqueza para os estudantes brasileiros e faz com que sua entidade máxima seja uma grande síntese do Brasil.

Para que a UNE lidere esse processo de resistência, defendemos que a unidade é a bandeira da esperança! Unidade na defesa das conquistas históricas do povo como a previdência solidária, na defesa da Petrobrás e da educação pública, na defesa da democracia com justiça para Marielle e Lula Livre! Somente de mãos dadas, caminhando lado a lado e resguardando o espaço para as divergências, é que estaremos no rumo certo, apontando para dias melhores.

EDUCAÇÃO

*A vida deu os muitos anos da estrutura
Do humano à procura do que Deus não respondeu
Deu a história, a ciência, arquitetura
Deu a arte, deu a cura e a cultura pra quem leu
Depois de tudo até chegar neste momento
Me negar conhecimento é me negar o que é meu
Dani Black – Trono de Estudar*

A educação é setor estratégico de qualquer país que pense num projeto de desenvolvimento soberano, no combate às desigualdades e no incentivo ao pensamento crítico. Por isso, a educação tem sido forte arena de batalha dos ataques conservadores e neoliberais do governo federal recém eleito.

Com a crise econômica, orçamento das universidades públicas começou a ser estrangulado, o que se acirrou durante o golpe e o desgoverno Temer e com a implementação da Emenda Constitucional 95 que congela os investimentos da educação. Em 2017, Temer tirou aproximadamente R\$4,5 bilhões da educação. No ano de 2018, os cortes chegam a 32% das verbas.

Bolsonaro e sua equipe pretendem acirrar o subfinanciamento e debatem inclusive a cobrança de mensalidades no ensino superior público. Como se não bastasse, Bolsonaro ainda espalha pelos quatro cantos sua contrariedade à manutenção das cotas raciais.

A Emenda Constitucional 95 inviabiliza praticamente todas as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado com pressão da UNE, especialmente a meta que propõe o investimento de 10% do PIB para a educação e garantir seu investimento na educação pública, assim como o Custo Aluno-Qualidade. Constam no rol de maldades de Temer e mantidas por Bolsonaro ainda na implementação da Reforma do Ensino Médio, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sem diálogo com as entidades educacionais, o fim do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência) e do ciência sem fronteiras, além das

propostas ainda em debate como a Lei Escola sem Partido, ensino a distância para educação básica e da militarização das escolas.

A falta de orçamento ameaça o próprio funcionamento das universidades mas quem tem sentido primeiro na carne esses cortes são os estudantes. Ao redor do Brasil, insurge-se o movimento estudantil contra o aumento no valor dos bandejões, contra o corte de bolsas, contra o corte do passe livre estudantil e a redução nas políticas de assistência estudantil.

Os cortes atingem em cheio o orçamento do Plano Nacional de Assistência Estudantil. É preciso que se amplie também as condições de permanência dos estudantes, tendo em vista o alto índice de evasão de estudantes que não conseguem se manter na universidade. É preciso lutar contra os cortes no orçamento da Assistência Estudantil, ampliar o valor do PNAES para R\$ 3bi e garantir que o PNAES seja uma política de Estado e não mais de governo!

Não é só o orçamento que Bolsonaro quer atacar, mas também a autonomia universitária. Recentemente, foi aprovado pelo novo MEC uma resolução que muda os documentos exigidos nas consultas eleitorais para reitorias das universidades federais. Historicamente, em algumas dessas consultas informais, sustentadas pelo argumento constitucional da autonomia universitária, vinham sendo realizadas com igual peso de voto entre professores, técnicos e estudantes. Na medida defendida por Bolsonaro, agora os Conselhos Universitários precisam enviar os detalhes sobre as consultas afim de barrar as consultas paritárias e estabelecer o peso de 70% dos votos para o corpo docente de forma obrigatória, independente da vontade da comunidade acadêmica e suas instâncias de deliberação. Não podemos aceitar essa intervenção na forma como elegemos nossos dirigentes universitários.

Além disso, os ataques a participação popular e social na construção da Educação Brasileira é pauta fundamental desse projeto ultraneoliberal que, seguindo o ritmo do governo ilegítimo de Temer, Bolsonaro interfere e destrói o Conselho Nacional de Educação, o Fórum Nacional de Educação e ameaça radicalmente a continuidade das Conferências Nacionais de Educação. As agendas anti-povo não são aprovadas pelo povo é o esforço deles é destruir a participação popular.

A educação superior particular, por sua vez, sofre com o aumento da mercantilização e sucateamento. Ondas de demissões em massa por todo o Brasil vem afetando o dia a dia de centenas de universidades particulares e acabam, muitas vezes, por demitir os professores com maiores salários para, a partir das novas relações de trabalho que vieram com a Reforma Trabalhista de Temer, precarizar ainda mais a educação e reduzir custos dos tubarões do ensino.

Ainda, os efeitos do Novo FIES de Temer já são cada vez mais nítidos: a redução da oferta de financiamentos e o aumento das modalidades de financiamento com bancos privados. Em algumas universidades particulares, a adesão ao FIES e PROUNI chegaram a zero por conta das mudanças.

Para as universidades estaduais, é preciso a construção de um plano de reestruturação que amplie a capacidade de acesso, melhore as estruturas físicas,

valorize os professores e amplie a pesquisa e extensão e permanência estudantil universitária. Ao mesmo tempo, faz-se necessário um novo pacto federativo, principalmente na questão fiscal, para que haja uma redistribuição dos recursos dos impostos federais e que parte dessa tributação seja vinculada e destinada a manutenção dessas universidades.

Diante disso, defendemos para a educação brasileira:

- Defesa do caráter gratuito da universidade pública e contra a instituição de qualquer modalidade de mensalidade;
- Garantia do orçamento das universidades públicas para que mantenham e melhorem a qualidade;
- Pelo aumento do orçamento do Plano Nacional de Assistência Estudantil para 3 bi e sua conversão em lei garantindo mais segurança para sua implementação ;
- Cumprimento das metas do PNE 2014-2024, em especial com relação aos 10% do PIB para educação e eliminação de analfabetismo.
- Indicação de reitor referendada pelas eleições da comunidade acadêmica de acordo com os critérios estabelecidos de forma autônoma pela comunidade acadêmica, com luta por paridade entre os segmentos da universidade;
- Defesa do Passe Livre Estudantil
- Fortalecer nas entidades estudantis, educacionais e do movimento social o debate sobre a necessidade da construção unitária de um projeto popular de educação;
- Pelo retorno da única faixa de beneficiados de até 3SM do FIES, pelo retorno da carência de um ano e meio para pagar o FIES após a formatura;
- Renegociação das dívidas dos estudantes do FIES;
- Pela mudança na portaria 1134/16 do MEC que trata sobre as disciplinas online em cursos presenciais estabelecendo que as disciplinas a distância se dêem de forma facultativa aos estudantes e não de forma obrigatória;
- Contra os cortes das bolsas do PROUNI, em especial as integrais;
- Em defesa da manutenção da lei de ações afirmativas;
- Em defesa da autonomia universitária: contra operações espetacularizadas e ilegais contra reitores. Em defesa da garantia do direito ao contraditório e respeito às investigações internas das universidades, sem abusos dos órgãos de controle da União;
- Em defesa da autonomia didático científico das universidades: pelo fim da perseguição do MEC aos conteúdos oferecidos pelas universidades brasileiras;
- Contra o Projeto de Escola sem Partido de Temer que quer implementar nas escolas e universidades uma única forma de pensar e pela ampliação do debate social sobre que educação queremos e quais currículos mais adequados para a realidade de nossa juventude;
- Contra a desnacionalização da educação privada brasileira;
- Pela aprovação da PL. 7200 que limita a participação de capital estrangeiro nas instituições de ensino superior privado;

- O governo a ameaça de destruir a independência do ENEM. Não podemos aceitar essas intervenções na metodologia e temas utilizados para a elaboração da prova.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Não somos ninhos de rato! A organização dos Centros Acadêmicos para resistência democrática

A União Nacional dos Estudantes segue viva na articulação da rede do movimento estudantil brasileiro, especialmente em tempos duros como os que vivemos. Nesse sentido, é fundamental ressaltar a importância da retomada deste Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) nesta gestão, espaço tão importante de contato entre a base do movimento estudantil e a UNE.

No primeiro semestre de 2018, a UNE percorreu 9 estados do Brasil em caravana com a “UNE Volante” que passou por diversas universidades públicas do país em defesa da educação pública e gratuita, dos espaços estudantis, da articulação da rede de cultura universitária com o CUCA, da democracia e da Liberdade. Levamos para todos todos esses estados uma edição da peça “Parecer pela Democracia”, rememorando a experiência dos Centros Populares de Cultura dos anos 60.

Além disso, a UNE tem fortalecido os encontros de frentes e diretorias. Realizamos o 1º Encontro de Comunicação (ECOM) da UNE que discutiu a organização da rede de comunicadores do Movimento Estudantil, um grandioso 8º Encontro de Mulheres da UNE em Juiz de Fora de 30 de março a 1º de Abril de 2018 que denunciou o avanço da ofensiva capitalista sobre os corpos das mulheres com o avanço do conservadorismo, da violência e contrapôs isso com a resistência diária das mulheres universitárias. A UNE realizou também nessa gestão o 3º Encontro LGBT, o 66º Conselho Nacional de Entidades Gerais que reuniu os DCEs e UEEs brasileiros e ainda a 11ª Bienal de Cultura, Arte, Ciência e Tecnologia da UNE.

É urgente o fortalecimento da rede do movimento estudantil, ampliando nosso vínculo com os estudantes e nos qualificando para a luta de massas. Os Centros e Diretórios Acadêmicos e a UNE precisam aumentar cada vez mais seus laços afim de engrandecer a necessária resistência de todos os setores democráticos em defesa dos direitos sociais, do patrimônio nacional e da democracia.

Nesse sentido, a rede do movimento estudantil deve repudiar com veemência qualquer criminalização da nossa organização. Os CAs brasileiros precisam se

levantar e dizer que não são, tal qual defendeu o presidente da república, ninhos de rato. Defendemos que a nossa organização muda as nossas vidas e influencia no desenvolvimento de nosso país.

Devemos também compreender que, nesse momento, ao propor a realização de uma CPI da UNE, a base do governo sinaliza também uma clara tentativa de criminalização do movimento estudantil, tal qual aconteceu com a UNE às vésperas do golpe civil militar de 1964.

Convocamos uma ampla JORNADA DE LUTAS pelos CAs junto à UNE, que mobilize de forma unificada assembleias nas universidades de todo o país e organize manifestações no mês de março.

Orientamos os CAs e DAs a participarem das plenárias convocadas pelas centrais e frentes sindicais para 20 de fevereiro organizar a resistência contra a reforma da previdência. No dia 8, devemos nos somar à luta das mulheres no seu dia Internacional. No dia 14 de março, é fundamental que atos no país inteiro lembrem que, nesta data, completa-se um ano da morte de Marielle Franco e Anderson. No dia 28 de março, os estudantes precisam organizar as já tradicionais marchas que rememoram o assassinato do estudante Edson Luis pela ditadura civil militar. Tais manifestações devem chegar ao seu ápice no dia 1º de abril, para descomemorar os 55 anos do golpe de 1964, sob o lema “Ditadura Nunca Mais!”. Os estudantes devem se somar também no dia 7 de Abril, data em que se completa um ano da injusta prisão política do ex-presidente Lula, em um grande ato por Lula Livre.

Convocamos ainda para o mês de março o 67º Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE, fórum dos DCE, UEEs e executivas de curso que irá deflagrar o processo eleitoral ao próximo Congresso da União Nacional dos Estudantes. Convocamos também entre os dias 19 e 21 de Abril a participarem do 6º Encontro de Negros, Negras e cotistas da UNE na Universidade Federal Fluminense em Niterói-RJ.

A UNE é uma entidade que ao longo de sua história defendeu a pluralidade de ideias, característica esta que a fortalece e coesiona, legitimando suas decisões e suas lutas junto aos estudantes e ao povo. Nesse momento da história, se faz necessário que o movimento estudantil fortaleça a sua unidade respeitando as divergências políticas internas e colocando no centro tudo aquilo que une os setores progressistas. Vamos em unidade fortalecer o movimento estudantil brasileiro, dando corpo e rumo à resistência democrática brasileira contra a ascensão do conservadorismo!

“Haja coragem

O Fogo ele agoniza mas não morre

Haja coragem

Se a chama se organiza o que é que ocorre?

Reaja, coragem!”

El Efecto